



Comitê de Representantes

Aprovada na 1214ª sessão

ALADI/CR/Ata 1194
10 de dezembro de 2014
Horário: das 10h35m às 12h05

ATA DA 1194ª SESSÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE REPRESENTANTES

Ordem do dia

1. Aprovação da Ordem do Dia.
 2. Assuntos em Pauta.
 3. Relatório do Presidente da Comissão de Orçamento e Assuntos Institucionais.
 - Aprovação do Orçamento por Programas da Associação para o ano 2015.
 4. Relatório do coordenador do Grupo de Trabalho de Facilitação do Comércio.
Convocatória das seguintes reuniões:
 - VII Reunião Presencial do Grupo de Trabalho Ad Hoc sobre Certificação de Origem Digital da ALADI (ALADI/CR/PA 177).
 - III Reunião de Coordenadores Nacionais em Matéria de Certificação de Origem Digital (ALADI/CR/PA 178).
 - Reunião de Especialistas de Assinatura Digital (ALADI/CR/PA 179).
 5. Assuntos diversos.
-

Preside:

BERNARDINO HUGO SAGUIER CABALLERO

Assistem: Juan Manuel Abal Medina, Rubén Javier Ruffi, Sergio Luis Iaciuk (Argentina), Benjamín Blanco Ferri, Jenny Encinas (Bolívia), Maria Da Graça Nunes Carrion, Roberto Goidanich, Rodrigo Olivera Govedise, Alessandro Segabinazzi (Brasil), Eduardo Francisco Contreras Mella, Alex Rodrigo Chaparro Cavada (Chile), Alejandro Borda Rojas, Luz Marina Rivera Rojas (Colômbia), Igor Azcuy González (Cuba), Gustavo Anda Sevilla (Equador), Alejandro de la Peña Navarrete, Oscar Ricardo Gallegos Sánchez, Diana Morales (México), Bernardino Hugo Saguier Caballero, Raúl Cano Ricciardi, Miguel Ángel López Arzamendia, Pedro Villalba (Paraguai), María de Fátima Trigoso Sakuma, Ricardo B. Romero Magni (Peru), Juan Alejandro Mernies Falcone, Linda Rabbaglietti, Ivannah Garelli Ruggia (Uruguai), Juan Carlos Gómez Urdaneta, María Luisa de Paz Rivas (Venezuela).

Secretário-Geral a.i.: César Llona

Subsecretário: Pablo Rabczuk

PRESIDENTE. Bom dia, senhoras Embaixadoras, Embaixadores, Subsecretários, estamos chegando à última reunião do ano, pelo que creio que podemos estar satisfeitos por estar fechando o ano com realizações importantes.

Damos início à nossa reunião. Estávamos esperando o secretário-geral, mas está voltando da Cúpula Ibero-Americana e o seu avião está atrasado, está a caminho. Podemos começar a nossa reunião do dia de hoje, a 1194 sessão ordinária.

1. Aprovação da Ordem do Dia

... Em primeiro lugar, corresponde submeter à consideração de todos os senhores a Ordem do Dia. Não havendo observações, dá-se por aprovada.

2. Assuntos em Pauta.

... Passamos aos Assuntos em Pauta e oferecemos a palavra ao secretário-geral interino para nos informar.

SECRETÁRIO-GERAL a.i. Muito obrigado, Presidente. Bom dia. No documento que está em pastas das Delegações, mencionam-se os assuntos que devem ser ingressados, dos que podemos destacar a contribuição da República do Equador pelo montante de US\$ 66.055, correspondente à contribuição do ano 2014. A Secretaria agradece a contribuição.

"Contribuições recebidas ao orçamento da Associação

1. Representação Permanente do Equador junto à ALADI. Nota N° 66, de 4/12/2014. Envia cheque pelo montante de US\$ 66.055, correspondente à contribuição do ano 2014.

Convites recebidos

1. Costa Rica. Presidência Pro Tempore CELAC. Comunicação de 5/12/2014. Envia convite do Presidente da República da Costa Rica, Luis Guillermo Solís Rivera, ao Secretário-Geral para participar da sessão de abertura da III Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da CELAC (San José de Costa Rica, 28/01/2015).

Documentos publicados

1. Comércio intrarregional do Equador: Características e perspectivas (ALADI/SEC/Estudo 208).
2. Relatório mensal sobre o comportamento da despesa orçamentária. Janeiro-Outubro 2014 (ALADI/SEC/di 2615).
3. Relatório da situação financeira da Associação a 31 de outubro de 2014 (ALADI/SEC/di 2616)."

PRESIDENTE. Tomara que em todas as reuniões tivéssemos informações sobre contribuições ao orçamento e que a partir de janeiro começássemos a receber as contribuições correspondentes ao ano que vem.

3. Relatório do Presidente da Comissão de Orçamento e Assuntos Institucionais.
- Aprovação do Orçamento por Programas da Associação para o ano 2015.

.... Passamos ao seguinte ponto, que corresponde ao Relatório do Presidente da Comissão de Orçamento e Assuntos Institucionais, para aprovar o Orçamento por Programas da Associação, trabalho ao que se dedicaram todos os nossos alternos sob coordenação do ministro Ruffi, trabalho que foi muito dedicado, pontual, importante. Finalmente, estamos em condições de aprová-lo no prazo estabelecido e na devida forma. Ofereço a palavra ao ministro Ruffi para a apresentação do orçamento.

Representação da ARGENTINA (Rubén Javier Ruffi). Muito obrigado, senhor Presidente. Bom dia a todas as Representações. Efetivamente, na Comissão de Orçamento nos reunimos em três oportunidades a fim de considerar os documentos que os senhores têm em suas pastas, o Projeto de Resolução 302 e o documento de perfil de atividades anexo.

A Comissão se reuniu dias 19 de novembro, 5 de dezembro e 9 de dezembro em duas sessões, à manhã e à tarde, com a presença de todas as Delegações. Na última reunião, a Ordem do Dia tinha como principal ponto a proposta de orçamento por programas para o ano 2015, que é o documento ALADI/SEC/Proposta 353, e o perfil de atividades propostas para o orçamento do ano 2015, o documento ALADI/SEC/di 2614.

Cabe lembrar que na sessão 1185 do Comitê de Representantes, de 1.º de outubro de 2014, em virtude de priorizar os trabalhos que garantissem o sucesso da EXPO ALADI, houve consenso deste Comitê para estender o prazo de apresentação da proposta de orçamento para o ano 2015, que constava da Resolução 403, de 15 de outubro a 15 de novembro.

Nesse sentido, começamos a trabalhar com base à proposta que nos apresentou a Secretaria-Geral e chegamos dentro do prazo e na forma devida para apresentar a proposta ao Comitê, já que o prazo vigorava até 20 de dezembro, conforme estabelecido na Resolução 403.

Na reunião da Comissão do dia 19 de novembro, foi finalizada a análise preliminar da proposta de orçamento para o ano 2015, já que nessa proposta a Secretaria tinha

apresentado um orçamento ajustado ao estado financeiro da Associação, isto é, alinhando receitas – compostas pela cota dos países, a cota-sede e as outras receitas estimadas pela Secretaria-Geral – com o orçamento de despesas para o ano 2015.

Sem prejuízo disto, após as discussões na Comissão e da apresentação de algumas iniciativas, como a inclusão de recursos para a EXPO ALADI 2015, as Jornadas de Cinema, Cultura e Integração Latino-Americana, que também tinha aprovado o Comitê de Representantes e que tinham impacto financeiro para o orçamento do ano que vem, a contratação de um consultor para o desenvolvimento de uma base de dados de estatísticas no comércio de serviços, surgiu a necessidade de incluir uma transferência de recursos do Fundo de Capital de Giro para o orçamento por um total de US\$ 116.273 para a realização das atividades que acabo de detalhar, conforme os seguintes montantes: US\$ 50.273 para a EXPO ALADI; US\$ 43.000 para as Jornadas de Cinema, Cultura e Integração; um montante de US\$ 15.000 para atender às missões concernentes à ampliação da ALADI no âmbito da Resolução 76 de Conselho de Ministros, e a contratação do consultor por US\$ 8.000, totalizando, como assinalado, US\$ 116.273.

Isso do ponto de vista dos recursos financeiros e orçamentários. Não que o orçamento esteja alinhado entre receitas e despesas, mas foi feita uma transferência de recursos do Fundo de Capital de Giro para contemplar essas atividades que acabo de assinalar.

Aliás, na Comissão foram analisados os perfis de atividades que estão contidos no documento ALADI/SEC/di 2614, que é o de perfis. Analisaram-se todas aquelas atividades de competência direta na Comissão de Orçamento e Assuntos Institucionais e aquelas atividades que não têm grupo de trabalho específico no âmbito da Associação.

Sem prejuízo disso, durante as reuniões a em solicitação de uma delegação, tivemos que analisar diferentes atividades que tinham sido consideradas pelos grupos de trabalho, porque tínhamos acordado que o mecanismo era que quando os grupos de trabalho se reuniam, analisavam os perfis e, se esses perfis de atividade tinham um impacto financeiro para cima ou para baixo, voltariam à Comissão. Caso não tivessem impacto financeiro e orçamentário, os perfis ficariam conforme tinham sido analisados e consensuados nos grupos de trabalho.

Não obstante, considerou-se uma série de perfis e concordou-se a sua redação. Simplesmente, lerei quais as atividades que foram consideradas, tanto nos respectivos grupos de trabalho quanto na Comissão na sessão do dia de ontem. Atividade II.01: Atualização do Acordo Regional n.º 7; II.03: Reunião de Funcionários Governamentais especializados em Estatísticas do Comércio de Serviços e Oficina sobre o Grau de Correlação entre Bens e Serviços; II.05: Reunião de Negociação sobre o Regime Geral de Origem; II.06: Estudo regional sobre compilação de estatísticas do comércio de serviços; III.13: Ampliação da ALADI, em que se incorporou um perfil de atividade relativo à Resolução 76 do Conselho de Ministros para as atividades, tanto do Comitê de Representantes quanto do secretário-geral, para fomentar e incentivar a adesão de países da América Latina ao TM80 e a incorporação como membros plenos da Associação; atividade IV.06: XVII Reunião Técnica de Escritórios Governamentais responsáveis pelo fornecimento da informação estatística de Comércio Exterior; V.03: TIC – Certificação de Origem Digital; V.04: TIC – Marco jurídico regional para a implementação e o reconhecimento das assinaturas digitais; V.05: Reunião de Especialistas Governamentais de Transporte Internacional; VI.05: Conselho Assessor Empresarial e Conselho Assessor Trabalhista; e atividade VIII.04: Centro Virtual de

Formação. Também, como assinalei antes, incluíram-se novos perfis para Ampliação da ALADI, EXPO ALADI e Jornadas de Cinema.

Uma vez atingido o acordo pela Comissão, foi publicado o documento que hoje temos em mesa: a Proposta 302, que contém um Projeto de Resolução para submeter à aprovação o orçamento do ano 2015 por um montante total de US\$ 4.733.783. Também, foi publicado o segundo documento que temos em mesa: o perfil de atividades com as novas redações de consenso, tanto no âmbito dos grupos de trabalho quanto na Comissão.

Na sessão de ontem, foi tratado um segundo ponto, em Assuntos Diversos, que tem a ver justamente com algumas das atividades, com base em uma apresentação ou em uma proposta feita pela Delegação do Brasil. Como os senhores lembram, desde 2001 são financiadas, no âmbito da Associação, as reuniões de especialistas governamentais de diversas temáticas da agenda da Associação. No ano de 2011, em novembro, iniciou-se uma discussão no âmbito da Comissão e também do Comitê de Representantes sobre o estabelecimento de critérios para o possível financiamento da participação de especialistas dos treze países, se se financiava os PMDERs, os PMDERs e Cuba, os PMDERs, Cuba e os países de menor contribuição de desenvolvimento intermediário, aqueles países que solicitassem especificamente financiamento para a presença dos seus funcionários ou se se eliminava o mecanismo de financiamento de especialistas para reuniões governamentais que, como dizia, foi iniciado em 2001 e que ainda existe.

Nessa discussão, iniciada em novembro de 2011 e finalizada preliminarmente em setembro de 2013, foi analisado um documento da Secretaria, que teve quatro revisados: o documento Informal 1053, em que constavam as sete possibilidades de financiamento e, não havendo consenso das Delegações sobre qual o critério a seguir, foi decidido estabelecer uma bolsa para o financiamento de reuniões e, em lugar de ter uma previsão ou alocação orçamentária de US\$ 200.000 – como até o ano anterior – constituiu-se uma bolsa de US\$ 84.000; dentro dessa bolsa, havia recursos para financiar quatro reuniões de especialistas e, caso fossem convocadas mais reuniões das oito previstas no orçamento do ano em curso, seria feita uma realocação do Fundo de Capital de Giro por esses recursos.

Na realidade, a execução deste ano totalizou US\$ 62.000, pelo que não foi utilizada a referida bolsa dos US\$ 84.000, mas houve uma redução substancial das previsões anteriores de cerca de US\$ 200.000 para uma bolsa de US\$ 84.000 e a um exercício efetivo de US\$ 62.000.

Nesse sentido, a Delegação do Brasil sugeriu a necessidade de discutir novamente esse tema, já que numa oportunidade anterior a Delegação do Brasil tinha deixado constância em Atas de que não utilizaria recursos para a presença de funcionários dessa nacionalidade nas reuniões de especialistas governamentais e, efetivamente, não utilizou recursos nas reuniões realizadas no presente ano.

Como na reunião de ontem as Delegações não atingiram consenso sobre essa temática, há uma proposta do Brasil de estabelecer, em um rodapé, as diferentes atividades, que são essas reuniões que têm previsto o financiamento, em que seria assinalado que o Brasil não utilizaria recursos para o financiamento das reuniões.

Como assinalei, como não foi atingido um consenso e é difícil discutir a temática em profundidade devido ao pouco tempo disponível, foi acordado, na Comissão, que o tema volte a ser estudado em 2015, a fim de analisar se o mecanismo atual é o adequado ou se as Delegações e os países entendem que é conveniente modificá-lo.

Nesse sentido, como dissemos desde a Argentina em 2013, e como podemos repetir no dia de hoje, nós vemos com simpatia a modificação desses critérios para destinar os recursos em matéria de financiamento de especialistas governamentais para os países de menor desenvolvimento econômico relativo, para o caso de Cuba, dos países que têm menor contribuição, para os que esses recursos resultam fundamentais dentro de todas as políticas e programas de apoio aos países de menor desenvolvimento no âmbito da Associação. Ou seja, adiantamos ou reiteramos que, quanto à discussão, nós veremos com satisfação que possa ser encaminhada nesse sentido.

Não obstante, nesta oportunidade e quanto ao orçamento que temos, o consenso das Delegações era que fosse mantida a bolsa de US\$ 84.000, o mecanismo de financiamento de todos os participantes. De cada perfil, em que constava número de funcionários – 13 mais 2 expositores – foi eliminada a menção "13" porque para nenhuma das reuniões são financiados 13 especialistas; porque o Brasil ou algum outro país não o solicita; porque o Uruguai, sendo sede, não o utiliza, ou porque é solicitado para um país e o funcionário não consegue assistir. Portanto, a execução do item para uma reunião específica nunca implica o financiamento dos 13 participantes. Essa menção foi eliminada e foi especificado somente o destino "reunião" e a sua duração. Foi esclarecido na nota do Brasil que são recursos especificamente para financiamento de funcionários dessa nacionalidade, não para o caso dos expositores porque, nessa hipótese, obviamente, o financiamento seria entre todos, quando couber a participação de expositores.

No mesmo sentido, a Delegação da Bolívia sugeriu a possibilidade de que, no âmbito das reuniões que tiverem financiamento já acordado, a Bolívia tenha a possibilidade de participar não com um, mas com dois ou três por reunião; ou seja, se há quatro reuniões com financiamento, participarão quatro funcionários da Bolívia, podendo participar em uma, duas, três ou quatro reuniões; se, mais adiante, forem aprovadas transferências de recursos para as outras quatro reuniões previstas no programa, proceder-se-á no mesmo sentido, desde que o número de participantes da Bolívia não ultrapasse o número de reuniões com orçamento alocado.

Em princípio, esses foram os pontos abordados sobre o projeto de orçamento e o perfil de atividades.

Também, só para lembrar, foi analisado o relatório de cumprimento e avaliação do programa de atividades 2013, de janeiro a dezembro, com base em uma solicitação apresentada pela Delegação da Colômbia sobre modificação ou ajuste no cumprimento e avaliação do programa de atividades sobre as atividades II.03 e II.04. Esse documento já foi considerado e será publicada e circulada a atualização de um revisado do documento geral incorporando as modificações solicitadas pela Colômbia.

É tudo, Presidente. Reitero que está para consideração das Delegações a Proposta de Resolução com o respectivo anexo ao perfil de atividades. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Ruffi, por um relatório tão detalhado, que nos deixa em condições de considerar a aprovação do orçamento, do qual todos participamos. Eu vou me permitir, como feito em mais de uma ocasião, aproveitar a Presidência para fazer uma reflexão sobre o orçamento.

Creio que o posicionamento do Brasil é correto. Deveríamos eliminar esta bolsa inclusive para os PMDERs, salvo que haja algum país que a precisar, mas conheço o

mecanismo interno das nossas Chancelarias. Surge uma missão que diz "há uma viagem paga para Montevideú, há que procurar um candidato". Então, a procura não é de um candidato para participar da reunião; há praticamente uma "bolsa" e a situação é uma concorrência interna para ver quem fica com a viagem. Isso não é bom para os nossos países porque o que procuramos é alguém que nos represente realmente nas condições em que estamos convocando a reunião.

Entendo que é um tema complicado, em que há diferentes visões, mas para o ano que vem eu recomendaria que realmente pensássemos na possibilidade de eliminar essa bolsa. Continuemos o exemplo de alguns países, pelo menos eu recomendarei à minha Chancelaria que nós não solicitemos a ajuda financeira para a participação. Aliás, meus colegas do MERCOSUL terão visto algumas delegações paraguaias muito numerosas. Se podemos pagar uma atividade, porque não a outra? Quero que aumentemos o nível de representação e não que seja produto de um *deadline* interno para ver quem vem ou quem temos que privilegiar. Creio que a atitude de não estar promovendo o turismo internacional é sólido para a nossa instituição. Temos que nos ajustar à nossa agenda, aos nossos temas e, quando convocamos reuniões, tentar que os participantes sejam os mais preparados para os temas específicos.

Desculpem que eu faça este comentário do lugar da Presidência, mas não quero voltar ao meu lugar. Como dizemos no Paraguai, estou *kaigue*, que em guarani significa "meio cansadinho". Não quero me levantar para ir até o meu lugar e falar do meu lugar, prefiro fazê-lo da Presidência e sei que os senhores vão me perdoar.

Então, o orçamento está aberto para consideração de todas as Delegações. Nós, obviamente, o acompanhamos, mas está aberto para consideração de todas as Delegações.

O México tem a palavra.

Representação do MÉXICO (Alejandro de la Peña Navarrete). Obrigado, Presidente. Em primeiro lugar, quero parabenizar, mais uma vez, como fizemos ano passado, o nosso colega Rubén Ruffi em sua qualidade de presidente da Comissão de Orçamento e Assuntos Institucionais; primeiro, pelo profissionalismo com que conduziu as tarefas; segundo, pelo impressionante conhecimento que ele tem de cada um, não vou dizer dólares nem pesos, mas de cada um dos centavos do orçamento desta Associação e das questões institucionais e perfis de atividades para o ano que vem, mas, principalmente, pela sua grande paciência. A paciência que teve com todos nós para chegar a um texto limpo, em que unicamente temos pendente, não uma divergência quanto à linguagem propriamente dita, mas um conceito mais geral. O senhor já fez referência a isso, que será discutido quando for o momento. Embora eu já tenha coordenado o Grupo de Trabalho sobre Facilitação do Comércio, como outros coordenadores, sei que não é fácil, mas é muito bom termos chegado a bom porto.

Também, gostaria de fazer alguns comentários sobre o item particular mencionado no relatório do presidente da Comissão de Orçamento e, também, como posição da Argentina: o financiamento de reuniões.

Nós também pensamos que é uma situação muito *sui generis* que exista um orçamento para financiar a participação de funcionários nas reuniões da ALADI. Digo *sui generis* porque não conheço – mas pode existir – algum outro organismo que leve adiante essa prática. Sei, pelo que ouvi, porque nesses anos eu não estava aqui, que isso obedece a uma situação muito particular e foi uma boa decisão nesse momento. Teríamos que analisar se as condições que existiam nesse momento continuam existindo ou se estamos continuando uma prática por inércia, embora os números

mencionados pelo presidente da Comissão nos demonstrem que, embora a direção continue a mesma, em termos orçamentários há uma tendência a diminuir o orçamento; inclusive, o fundo de US\$ 84.000 não está sendo utilizado em sua totalidade. Sentimos que estamos caminhando em boa direção.

Para não me estender mais, senhor Presidente, só quero deixar constância de que o México pode ver essa questão com simpatia. Quando falo "questão", refiro-me à eliminação total desse mecanismo, sem diferenças, porque é uma questão de princípios. Ou seja, as representações vêm ou não vêm porque têm interesse no que estamos fazendo aqui. Se somos racionais do ponto de vista econômico, é porque pensamos que destas reuniões resultarão benefícios para os nossos países e para a integração latino-americana muito maiores que o custo de enviar um funcionário.

Não seguimos o exemplo do Brasil, em que voluntariamente é excluída a utilização desses recursos, porque não é igual – como seria para o caso do Uruguai – tomar um ônibus para vir a uma reunião do que vir do hemisfério norte até aqui para uma reunião. Porém, temos os recursos, atendemos a outras reuniões. O que não poderíamos entender é que não tivéssemos esse benefício quando sabemos dos diferentes graus de desenvolvimento existentes na região, das três categorias, quando somos um dos três principais contribuintes. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, México. A Representação do Brasil tem a palavra.

Representação do BRASIL (Maria da Graça Nunes Carrion). Muito obrigada, senhor Presidente. Queria, em primeiro lugar, agradecer o ministro Ruffi pelo relatório, pelo trabalho realizado, como ano passado, para a ALADI. Agradeço muito o seu apoio.

Agradeço também as suas palavras sobre o que seria a proposta do Brasil, que eu não qualifico como proposta; não é uma proposta, mas uma declaração relativa ao tema e, conforme o histórico feito pelo ministro Ruffi, este assunto foi levantado inicialmente em 2001, atendendo, como disse o embaixador do México, a circunstâncias muito particulares, e nós não sabemos se elas prevalecem. De qualquer forma, também não temos conhecimento de nenhum outro organismo que financie viagens para reuniões ordinárias de técnicos; ou seja, não são reuniões especiais, não são seminários; sabemos que os organismos convidam pessoas para participar de eventos, para fazer palestras, para participar de seminários, para compor mesas, e pagam as viagens, hotel e viáticos. Porém, para uma reunião técnica ordinária, que eu saiba, é só a ALADI que paga a participação, é uma situação muito *sui generis*.

De qualquer forma, o Brasil não quer nem pretende quebrar qualquer consenso, não é essa a ideia. A ideia é manter uma posição que já foi expressa aqui na ALADI pelo o meu antecessor, que é a de reduzir gradualmente esse apoio e concentrá-lo exclusivamente nos PMDERs e em Cuba, dada a situação especial de Cuba. Essa seria a posição que nós já manifestamos e gostaríamos de manter esse assunto na agenda para poder discuti-lo, porque não é um tema para discuti-lo da noite para o dia. Nós, então, favorecemos o apoio aos PMDERs e a Cuba, mas gostaríamos de continuar discutindo qual o tratamento que daremos a este apoio.

Não se trata apenas de uma questão de princípios, é uma questão também política. Creio que aqui todos compreendem e sabem – eu daria um exemplo – que o Brasil está passando por um momento econômico particular e, mesmo assim, quando não consegue cumprir com todas suas obrigações, ainda nessa situação, nós pretendemos que os nossos funcionários venham às reuniões da ALADI em função da

importância dada ao assunto e à ALADI. Então, isso é o que tem que ser analisado. Nós não gostaríamos que os nossos funcionários viessem porque a ALADI paga; esse também é um ponto.

Com relação ao documento circulado hoje, só queria chamar à atenção de que na página 74, em que se incluiu a nota sobre o Brasil de que não requer financiamento, essa nota não precisa ser incluída porque é o caso do CASE e do CAT, o Conselho Assessor Empresarial e o Conselho Assessor Trabalhista, nesse caso não se aplicaria.

Queria agradecer muito ao ministro Ruffi por essa apresentação, agradecer à Presidência, ao México também, e mais uma vez reiterar a posição do Brasil de poder continuar apoiando os PMDERs e Cuba, e inclusive nesse projeto que temos de expansão da ALADI, em que provavelmente outros PMDERs vão entrar, nós gostaríamos que eles se beneficiassem, que eles fossem os beneficiários e não países que, normalmente, comparecem às reuniões ordinárias de outros organismos como a ONU, a OEA. Muito obrigada.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Embaixadora. A Representação da Bolívia tem a palavra.

Representação da BOLÍVIA (Jenny Encinas). Obrigada, Presidente. Queria parabenizar e agradecer ao ministro Ruffi pela apresentação do relatório e a condução da Comissão, como ano passado. Queria referir-me à proposta alternativa que a Bolívia apresentou, que foi referida no relatório. Esta alternativa foi apresentada para aproveitar o financiamento fundamentalmente das organizações sociais; porém, sabemos que merece mais debate e análise, pelo que concordamos com o Brasil e com o Paraguai que deveríamos analisá-lo no orçamento do ano que vem.

PRESIDENTE. Obrigado, Bolívia. O Representante de Cuba tem a palavra.

Representação de CUBA (Igor Azcuy). Bom dia. Muito obrigado, senhor Presidente, por me conceder a palavra. Queria agradecer o relatório do senhor Ruffi, também queria agradecer as palavras da embaixadora do Brasil por entender que os países PMDERs e Cuba não estão na mesma posição, na mesma condição do Brasil e de outros países para assumir o financiamento de algumas reuniões. Queria deixar registro de que Cuba precisa do financiamento para este tipo de reuniões.

O que eu gostaria, também, é que o senhor, Presidente, não inclísse Cuba neste tipo de generalizações que fez porque não é a nossa intenção não participar ou ter que participar em nível de Embaixada. Se não temos o financiamento, teremos que participar como Embaixada; sobre o comentário de que há uma vaga, é um assunto de financiamento, não é outra coisa. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, mas creio que fui muito claro, eu falava do meu país, o Paraguai. O embaixador do México mencionou o assunto. Eu lembro, imagino que outros também, que participávamos nas Nações Unidas. No caso do Paraguai, tínhamos cinco vagas pagas pelas Nações Unidas. O único que tinha o lugar garantido era o chanceler; era uma dura batalha tentar conseguir as outras. Então, as delegações eram de cinco representantes, não mais porque esses cinco eram pagos. De todas formas, creio que evoluçamos, e entendo perfeitamente que há países que precisam do financiamento.

Quanto aos custos, Alejandro, eu acabo de pagar uma passagem Assunção-Montevidéu por US\$ 1.560. É mais barato ir à Europa. Não se trata de uma questão de

dinheiro, é uma questão de princípios. Nós estamos participando desta mesa, temos que ter o compromisso total de participação. A Embaixada do Brasil foi muito clara em sua exposição. Nós também temos a mesma impressão, mas entendemos que em nossos países há diferentes situações, mas, no caso do Paraguai, recomendamos que corra por conta do país.

A Colômbia tem a palavra.

Representação da COLÔMBIA (Alejandro Borda Rojas). Obrigado, senhor Presidente. Antes de tudo, também parabeno e agradeço o ministro Ruffi pela forma eficiente e enérgica com que conduziu os trabalhos da Comissão de Orçamento nestes meses. Apesar do escasso tempo, chegamos a um feliz resultado. Estou convencido de que o consenso atingido no trabalho no âmbito da Comissão já está aqui e, certamente, consigamos aprová-lo, com as observações feitas por alguns países. Mais uma vez, muito obrigado, Ruffi, pelo teu trabalho.

Presidente, quero também agradecer-lhe o esclarecimento que fez de que falou em nome do Paraguai quando fez a generalização referida pelo colega de Cuba, porque eu quero salientar que toda vez que a Colômbia enviou técnicos, enviou-os com total consciência da importância dos temas e a participação tem sido sempre positiva, substantiva, e que na Colômbia a convocatória não obedece a uma distribuição de favores ou de bolsas para viajar ao exterior. Nesse sentido, quero agradecer-lhe o esclarecimento porque não se aplica ao caso da Colômbia.

Também, quero manifestar que entendemos as dificuldades dos países PMDERs e de Cuba. Também, quero salientar – já o assinalamos em reuniões passadas – que eventualmente não fazer uso destes financiamentos da ALADI nas reuniões técnicas significa, indiretamente, um aumento nas cotas de cada um dos nossos países. Por exemplo, no caso da Colômbia, na nossa contribuição de US\$ 387.521 estamos incluindo a viagem dos técnicos que vêm participar ativa e propositivamente das reuniões.

Estamos perante uma situação que vale a pena discutir durante 2015. É um tema importante, que, como manifestado pelo Brasil, é uma questão de princípios. A Colômbia está disposta a discuti-lo e a tratá-lo serenamente. Nós não somos contra a suspensão, mas consideramos que o tema merece maior reflexão, como falou a colega do Brasil.

Senhor Presidente, muito obrigado pela sua intervenção. Fica esclarecido que o seu comentário foi em nome do Paraguai. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Embaixador. Obviamente, eu comecei pedindo desculpas porque ia falar em nome pessoal e abusar da Presidência.

O senhor embaixador do Uruguai tem a palavra.

Representação do URUGUAI (Juan Alejandro Mernies Falcone). Muito obrigado, Presidente. Também, somo-me aos parabéns e reconhecimento à tarefa do ministro Ruffi na condução desta Comissão de Orçamento e pelo resultado destas tarefas de consenso.

No que diz respeito ao financiamento de participação de funcionários, concordamos plenamente com continuar discutindo o tema em futuras reuniões. Se as leis não compreendem o financiamento de funcionários, basta com um ônibus ou um

táxi, mas, se compreendem o que significa para o país contribuinte, então cabe continuar discutindo o tema. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Embaixador. A Argentina tem a palavra.

Representação da ARGENTINA (Juan Manuel Abal Medina). Muito obrigado, senhor Presidente. Quero, em primeiro lugar, agradecer a todas as Representações pelas palavras para Rubén. Nesse mesmo sentido, creio que temos uma proposta para o tema que está nos impedindo avançar. Esta discussão é importantíssima e temos de continuá-la com cuidado ao longo do ano. Coincidiu com grande parte das opiniões aqui manifestadas. Devemos ter muito cuidado com um aspecto: esta Associação sugeriu a necessidade de incorporar novos membros. Muitos destes novos membros que estamos tentando incorporar são de menor desenvolvimento econômico relativo e, em alguns casos, têm necessidades que outros não têm – ou não temos -. É uma discussão muito importante. Agora, Rubén tem uma ideia pontual, para podermos avançar agora, mas continuaremos discutindo isto durante o ano que vem.

Representação da ARGENTINA (Rubén Javier Ruffi). Obrigado, Embaixador. Talvez, a possibilidade seria incluir no item 2.7 do Orçamento um rodapé que disser: "Sujeito a requerimento específico de recursos pelos países para cada reunião".

Desta forma, garantimos que não estamos alterando o procedimento que temos até hoje, mantemos a bolsa, na bolsa não dizemos quantos funcionários vamos financiar nem de quais países. Já temos o compromisso expresso, por exemplo, do Brasil, que não vai requerer; da Argentina, que assinalou que não vai requerer; de outros países que indicarem que não vão requerer. Os que requererem, terão a possibilidade de fazê-lo, podem transferir recursos da bolsa, o que não implica alteração alguma, e discutimos, como dizia o embaixador, ao longo de 2015, para ver especificamente quais critérios adotamos, se for para PMDERs e Cuba, se for para PMDERs, Cuba e os países de menor contribuição de desenvolvimento médio, ou que tipos de mecanismos fazemos; se podemos estabelecer um financiamento garantido para dois funcionários de PMDERs e de Cuba...discutir-lo-emos. Hoje, ficamos com a bolsa geral e com o compromisso expresso daqueles países que não utilizarão o financiamento. Fica constância disso em Atas. Incluímos essa cláusula diretamente no item 2.7, que faz referência ao financiamento de participação em reuniões de especialistas governamentais. Essa seria a proposta, Presidente.

Aproveito o uso da palavra para fazer os agradecimentos extensivos aos subsecretários César Llona e Pablo Rabczuk, que em cada uma das reuniões da Comissão de Orçamento estão ao meu lado; a María Clara que também está aqui na mesa; a Carla Risso, que está lá atrás; a Luciana Operti, a todos os funcionários da Secretaria que sempre nos ajudam na Presidência da Comissão de Orçamento e Assuntos Institucionais, com mails à noite, sábado e domingo, com Carla, María Clara, a todos.

Como presidente da Comissão, agradeço mais uma vez a todos pelas contribuições, porque não apenas apresentam o documento sobre o que trabalhamos, mas porque têm de nos suportar a cada uma das delegações quando, permanentemente, indicamos propostas de alteração ou aditamentos a esses documentos. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Rubén. O Representante do México tem a palavra.

Representação do MÉXICO (Alejandro de la Peña Navarrete). Obrigado, Presidente. Nós vemos uma virtude na sugestão que a Argentina acaba de fazer por

intermédio do ministro Ruffi. Como se trata de uma questão transversal – a posição do Brasil abrange qualquer reunião que requerer financiamento para funcionários do governo, aqui não está o CASE nem o CAT – em vez de incluí-lo em cada uma das atividades, é melhor, como disse o ministro Ruffi, se eu entendi direito, fazer a referência do item 2.7 do Orçamento. Assim, seria uma questão transversal que o Brasil não pensa utilizar a bolsa de US\$ 84.000 para nenhuma reunião que for financiada pelo orçamento da ALADI.

Tenho uma sugestão a esse respeito, como reação à sugestão apresentada pela Argentina no dia de hoje. Na página 18 do Orçamento, no item 2.7 "Participação de Funcionários Governamentais em Reuniões", poderíamos colocar um asterisco que disser "O Brasil não requer de financiamento para a participação do representante do seu governo sob este item". Assim, fica claro que são todas. Ora, se outras Delegações quiserem – creio que a Argentina falava nesse sentido – podemos dizer "Brasil, Argentina" e quem quiser ser incluído. Assim, teremos duas virtudes: primeiro, fica transparente, sabemos quem não vai utilizar a bolsa de US\$ 84.000 e, segundo, é transversal e é diretamente ligado por um asterisco ao fundo de US\$ 84.000. Essa é a proposta do México.

PRESIDENTE. Estou ansiando receber uma reação de Rubén à sua proposta, mas o Brasil solicitou primeiro a palavra. Por favor, Embaixadora.

Representação do BRASIL (Maria da Graça Nunes Carrion). Muito obrigada, senhor Presidente. Agradeço as palavras do representante do México. Gostaria de dizer que gosto muito da proposta que acaba de fazer, mas entendo que talvez essa proposta não tenha consenso.

PRESIDENTE. Obrigado, Embaixadora. A Argentina tem a palavra.

Representação da ARGENTINA (Juan Manuel Abal Medina). No mesmo sentido da embaixadora do Brasil, a proposta que nós fizemos é mais geral, não quebra o consenso colocar "em solicitação do requerimento de cada país". Cada país decide e cada país tem sua posição tomada a esse respeito, não interfere no consenso com o estamos trabalhando. É essa a ideia.

PRESIDENTE. Alejandro, o México tem a palavra.

Representação do MÉXICO (Alejandro de la Peña Navarrete). Eu também não quero interferir no consenso, embora não saiba de qual consenso falamos porque não tivemos nenhuma proposta que receba o consenso de todos. O que eu falei foi por uma simples questão de transparência e de ordem prática. Eu não gostaria de ter que fazer um requerimento toda vez que houver uma reunião, ter que encaminhar uma nota de capital, etc. Façamos o contrário, que os países que não precisarem do financiamento, enviem a nota.

Quanto à transparência, creio que a ideia é de fazer menção explícita, como o Brasil está fazendo. Os que pensam seguir essa via, podem falar e assim seremos transparentes.

Outro assunto que me preocupa é que, precisamente, o Brasil, se eu entendi direito nas reuniões da Comissão, queria que se mencionasse explicitamente o nome do Brasil. Esta redação, portanto, é outra e não traz o nome do Brasil, em que supostamente há consenso. Eu falei de levá-lo ao papel, ao item 2.7, porque assim está diretamente ligado ao que tem que estar ligado e é transversal. É uma questão de ordem prática.

Eu me adapto a qualquer consenso desde que eu não tenha que enviar uma nota toda vez que queira receber o financiamento. Até hoje, o financiamento é um direito que todos temos. Se alguém quer renunciar a esse direito ou não quer utilizá-lo, que envie uma nota, mas não os que continuamos com a prática normal. Onde fazê-lo, se orçamento ou perfis de atividades, para mim tanto faz, prefiro a transparência pela transparência; se não quiserem transparência, ou se o Brasil já mudou de opinião porque não precisa mencionar o termo "Brasil", para mim tanto faz, eu me adapto. Obrigado.

PRESIDENTE. O Brasil tem a palavra.

Representação do BRASIL (Maria da Graça Nunes Carrion). Obrigada, senhor Presidente. Sobre a intervenção do embaixador do México, devo dizer que eu prefiro e que eu gosto da transparência. Justamente, porque gosto da transparência, seria muito bom que o país que requerer a assistência, seja pela razão que for – pela distância, pela necessidade econômica -, que o solicitasse à ALADI.

Realmente, gostaria de ter o nome do Brasil em cada item, mas compreendo que essa solução, que é a que eu prefiro, talvez não tenha consenso. É por essa razão, justamente, que eu aceito, não porque tenha mudado de opinião. Eu não mudei de opinião, aliás, eu não considero este assunto como um direito, não é um direito, foi uma concessão excepcional que se fez e foi ficando, talvez por inércia, mas não o considero um direito. Não sei até que ponto nós estaremos dispostos a pagar viagens de funcionários de todos os membros da ALADI. De modo que transparência por transparência, eu posso manter a minha proposta, mas não quero quebrar o consenso, poderia fazê-lo, mas não quero, considero mais conveniente preservando a posição do Brasil. Obrigada.

PRESIDENTE. O México tem a palavra.

Representação do MÉXICO (Alejandro de la Peña Navarrete). Então, o consenso é os textos como chegaram à sala? Se não entendi, corrijam-me. Ou seja, o rodapé em cada uma das atividades que diz "O Brasil não requer financiamento para a participação do representante do seu governo na referida reunião" é como chegamos à sala. Surgiram novas ideias, mas infelizmente eu não tenho instruções, então, não poderia somar o México ao consenso se não tenho instruções. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, México. A Argentina solicitou a palavra primeiro, depois o Brasil.

Representação da ARGENTINA (Rubén Javier Ruffi). Obrigado, Presidente. Falo com o chapéu de presidente da Comissão. A ideia da proposta de "sujeito a requerimento específico dos países em cada reunião" é para garantir a utilização do mecanismo que temos, que é o mecanismo da bolsa. Não é necessária uma nota de solicitação, mas, ao momento de fazer as convocatórias às reuniões, será consignada a participação de x funcionário e, quando o financiamento é requerido, não é aceito para mais de um funcionário. Por exemplo, hoje participam dois, um com financiamento da ALADI e outro com financiamento do país; é informada a participação de dois funcionários e não se solicita especificamente a emissão de passagem, viáticos, reserva do hotel, etc. à Secretaria-Geral. Essa é a ideia. Por quê? Para não ir de encontro com o mecanismo que temos de consenso, que é a bolsa. A bolsa não diz um número concreto de financiamento, de 12 passagens, 11 passagens, por x valor. Isso é executado depois.

O que nós considerávamos era que a proposta era integral; discutir o critério durante 2015, o novo critério, manter o critério atual (a bolsa), fazer uma menção geral que disser "sujeito a requerimento específico para cada reunião". Aí, não dizemos se é por país, e já temos o compromisso consignado em Ata do Comitê de Representantes de cada um dos países que não vão utilizar recursos para essas reuniões, o que permite, por exemplo, à Bolívia, poder requerer recursos para dois funcionários para uma reunião, bem como nenhum recurso para outra. Tudo isso sem comprometer a discussão que teremos sob o princípio de transparência, hoje, amanhã e ano que vem, porque precisamos ter um critério para o financiamento e decidir se financiamos todos, os PMDERs e Cuba, ou qual outro critério iremos tomar.

O Brasil tem demonstrado maior flexibilidade a respeito da posição que tinha na Comissão de Assuntos Institucionais de ontem, que era um rodapé dizendo especificamente que era o Brasil que não ia utilizar os recursos. Agora, temos um critério geral sujeito a requerimentos específicos para cada reunião. Não é um mecanismo difícil porque, na prática, o que um país precisa para a ALADI financiar sua participação é informar que "o funcionário que virá à reunião é x pessoa, solicito o financiamento". Será o mesmo mecanismo que temos hoje, com a diferença de que hoje informamos que "x funcionário fará uso do financiamento" e passaremos a informar que "será x pessoa e não precisa de financiamento"; talvez em outra reunião sim. Pode acontecer que um mesmo país peça financiamento para uma reunião e para outra não porque tem prioridades, porque precisa que venham dois delegados e não pode financiar os dois ou, por exemplo, como a Bolívia assinalava, podem vir até dois financiados pela ALADI. Para o tema de certificação de origem digital, que é bastante importante, ou para a RECOMEX, que sempre conta com ampla participação das capitais, vai nos facilitar o trabalho.

Agradeço mais uma vez ao Brasil, como presidente da Comissão, pela flexibilidade, e entendo o que diz o delegado do México. Consideramos que esta proposta não altera o que temos em sala porque continua havendo uma nota. Em vez de falar especificamente do Brasil fala da solicitação daqueles países que assim o requererem. Vale lembrar que um dos sete critérios que nos apresentou em 2011, e que voltamos a ver em 2013 no documento 1053 da Secretaria-Geral, é deixá-lo em requerimento dos países. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Rubén. Eu queria fazer uma consideração prévia. Estamos perante a situação de que o papel que recebemos vinha com um texto de consenso pela Comissão de Orçamento, para consideração nossa. Surgiu uma nova proposta pelo presidente da Comissão, que foi aceita pelo Brasil e que ainda tem observações do México. Gostaria de lembrar que, de todas formas, o que temos manifestado nesta sala constará da Ata desta reunião; já temos a posição dos países. Creio que para atingir o consenso, poderíamos acompanhar a proposta feita por Rubén.

O México tem a palavra.

Representação do MÉXICO (Alejandro de la Peña Navarrete). Obrigado, Presidente. Efetivamente, a minha Delegação entende que chegamos a esta reunião do Comitê de Representantes com este texto enviado pelo presidente da Comissão de Orçamento, em que havia um assunto pendente que é o rodapé em algumas atividades em que se propõe que haja financiamento, e esse financiamento está ligado ao item 2.7 de US\$ 84.000.

A única dúvida que tínhamos era se o resto das Delegações se sentia à vontade com esta redação que temos nos perfis. A redação foi solicitada pelo Brasil porque o

Brasil, consistentemente, nos disse que precisava que se mencionasse o termo "Brasil". Eu queria entender a proposta da Argentina do dia de hoje, quando fala de inserir essa linguagem que nos mencionou, no item 2.7, elimina as linguagens que estão nos perfis? Ou seja, o Brasil já não mais precisa explicitar que o Brasil está aí? É a minha primeira pergunta e a resposta é que é esse o caso.

A segunda questão é que até hoje não há nada impedido. O Brasil agiu dessa forma. Não tem recebido financiamento quando não o tem requerido. Essa tem sido a prática do Brasil desde há tempo, desde a declaração do embaixador Ruy Pereira nesta mesma sala do Comitê de Representantes, dizendo que não faria uso desses recursos.

Então: um, com base na primeira pergunta que eu fiz e que entendo que o Brasil já não precisa uma menção específica de Brasil, poderia ser eliminada a menção nos perfis de atividades, posto que já não é uma necessidade para uma Delegação.

Dois: também não faz falta, com base na resposta à segunda pergunta, que eu mesmo respondi, mudar nada neste documento, que é o orçamento que tem caráter normativo, porque a prática permitiu fazer exatamente o que o Brasil queria fazer, e a prática permite que qualquer outra Delegação que assim o desejar possa dizer "eu não precisarei do dinheiro", então, simplesmente não solicita o financiamento.

Não há necessidade de mudar nada porque, primeiro: já não se requer mencionar uma Delegação, como pensávamos que era necessário, e, segundo: a prática demonstrou fidedignamente que não precisamos alterar um texto de caráter normativo para esclarecer algo que está funcionando corretamente. Eu me pergunto se não há consenso para, simplesmente, eliminar os rodapés nos perfis e não mudar nada no orçamento. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, México. O Brasil tem a palavra.

Representação do BRASIL (Maria da Graça Nunes Carrion). Muito obrigada, Presidente. Creio que estamos falando sobre o "sexo dos anjos". O embaixador deve saber de que se trata. Na realidade, o Brasil não mudou de opinião. Reitero que não quero quebrar o consenso, quero que o documento seja aprovado com consenso e não quero quebrá-lo. Não que o Brasil não precise aparecer, seria muito bom se aparecesse o nome do Brasil, mas o que não quero é quebrar o consenso, estou falando pela nona vez. Aceito a proposta do presidente da Comissão. Por quê? Porque creio que as posições que foram manifestadas aqui, as posições apresentadas não só pelo Brasil, ficarão registradas na Ata, o que salva muito bem a minha posição. O que eu vou fazer? Vou falar para o meu governo que eu não quis quebrar o consenso para que o documento fosse aprovado, mas que registrei a nossa posição, que foi apoiada por muitos, no documento da ALADI. Não estou mudando de posição. Gostaria que o nome do Brasil estivesse no documento, mas com muita flexibilidade chegamos ao consenso que estou fazendo. Espero que tenha ficado claro e agradeço mais uma vez pelo trabalho realizado.

PRESIDENTE. Creio que concordamos com a embaixadora do Brasil em que já discutimos bastante este tema. A proposta feita pelo Rubén, salvo que eu tenha esquecido alguém que não queira acompanhar esta proposta, está sendo acompanhada, tem consenso silencioso, e o México deixou clara sua posição.

Eu convido o México para deixar constância em Atas de sua posição e que passemos a outro item.

O México tem a palavra.

Representação do MÉXICO (Alejandro de la Peña Navarrete). Em favor do consenso, Presidente, e obedecendo a sua sábia condução, para que conste em Atas, em primeiro lugar manifestarei minha posição de que não somos contra a proposta feita pela Argentina no dia de hoje.

Em segundo lugar, pensamos que teria sido útil que, para favorecer a transparência – que sempre é sã – os países que pensam não utilizar o fundo, tivessem mencionado esse ponto.

Em terceiro lugar, o México vê com simpatia a total eliminação do mecanismo de financiamento de reuniões porque pensamos que é um mau sinal para o sistema.

Em quarto lugar, o México não pensa mudar sua posição sobre o uso desses recursos enquanto a discussão não tenha sido encerrada, o que ocorrerá só ano que vem. Para que fique claro, "não muda sua posição" quer dizer que continuaremos a utilizar esses recursos, porque o nosso país está bastante longe e é mais caro para nós do que para outros países.

Em quinto lugar, como mencionado pelo embaixador da Colômbia, cremos que será muito útil, quando discutirmos o tema do financiamento de reuniões, termos uma perspectiva mais ampla, porque é uma questão relativa às contribuições. Talvez, as condições de contribuições, em três categorias, não sejam as mesmas hoje em dia do que há alguns anos. Alguns países têm uma renda per capita mais alta do que a mexicana e a sua contribuição é menor. Teríamos que estudar uma série de critérios, uma fórmula que corresponder mais à realidade, mas não quero avançar mais. Simplesmente, seria bom termos uma discussão ampla sobre todas as questões, não só a questão do fundo, mas de todas as questões que correspondem à Comissão de Orçamento e Assuntos Institucionais. Obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Alejandro, pela tua compreensão. O senhor embaixador da Colômbia tem o uso da palavra.

Representação da COLÔMBIA (Alejandro Borda Rojas). Obrigado, Presidente. Quero agradecer as posições manifestadas pelas Delegações. A Colômbia também se manifestou sobre o financiamento de especialistas, de funcionários governamentais. Há mérito nas propostas feitas.

Também, como falou o delegado do México, a Colômbia estaria disposta a que, ao longo de 2015, avançássemos na discussão sensata, tranquila e, tomara, extensa sobre este assunto. A Colômbia se somará ao consenso que surgir desta mesa. Nesse sentido, gostaria de pedir ao presidente da Comissão para nos explicar novamente a proposta porque não cheguei a tomar nota detalhada da proposta e gostaria de tê-la por escrito.

Antes de passar a outro assunto, gostaria também de que conste em Ata a posição da Colômbia sobre se o financiamento é para a participação de funcionários governamentais, como eu tenho entendido. A esse respeito, gostaria de que refletíssemos sobre a proposta da Bolívia, que considero que temos que discutir com muita serenidade e profundamente. O financiamento de atores da sociedade civil é uma novidade, que deve ser objeto de considerações de fundo. Quero que conste na Ata de hoje que a Colômbia vê com interesse a proposta da Bolívia, mas quer que isso seja objeto de uma serena reflexão por parte de todos nós. Obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Alejandro. Rubén, repita-nos a proposta, por favor.

Representação da ARGENTINA (Rubén Javier Ruffi). Obrigado, Presidente. A proposta é eliminar o rodapé dos perfis das atividades. Na página 18 da Proposta de Orçamento, no item 2.7, colocar-se-á um asterisco depois de "Participação de funcionários governamentais em reuniões" e o rodapé dirá "Sujeito a requerimento específico dos países para cada reunião".

Essa seria a proposta que, vale reiterar, contempla a preocupação do Brasil, contempla a preocupação da Bolívia e cremos que também contempla a preocupação do México e do resto das Representações. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Rubén. México.

Representação do MÉXICO (Alejandro de la Peña Navarrete). Obrigado, Presidente. Eu me somo ao consenso. Na redação sugerida, eu diria "Sujeito a requerimento geral ou específico dos países para as reuniões correspondentes". Eu faço referência ao "geral", ao problema que eu mencionei, de ordem prática, burocrática. Não quero, toda vez, ter que mandar uma nota. Quero que conste em Atas, eu continuarei a usar o "geral" como tenho usado sempre, enquanto não tenhamos uma discussão de fundo.

É uma contraproposta de redação, a fim de manter o consenso, que diga "Sujeito a requerimento geral ou específico dos países para as reuniões correspondentes". Não sei se as Delegações irão concordar. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, México. Creio que há consenso na sala sobre este aditamento e eu gostaria de parabenizar todos os Representantes porque chegamos a um consenso. Quero, também, que conste em Atas que a Presidência interpreta que com este item deixamos uma sugestão expressa ao Comitê para o ano que vem, para fazer um estudo profundo deste tema, que obviamente merece ser estudado.

Aqui foram explicadas diversas posições, falou-se muito sobre o assunto e a ALADI merece ter uma disposição bem clara sobre isto, que realmente possa atender às preocupações. Eu coincido totalmente com isto, que já não se pratica em outras instituições como na nossa, por isso, a nossa ideia é sempre buscar consenso. Portanto, encomendamos à Comissão, ou a quem couber, provavelmente será Ruffi, coordenar as tarefas, para termos mais consenso ainda.

A Bolívia tem a palavra.

Representação da BOLÍVIA (Benjamín Blanco Ferri). Obrigado, Presidente. Simplesmente para fazer uma apreciação. Vemos que nos outros organismos de integração já não existe, como o senhor mencionava, este orçamento para participação de funcionários governamentais; nos outros organismos existe orçamento para participação da sociedade civil, como no caso do MERCOSUL e da Comunidade Andina. Então, somente queríamos precisar que na discussão do próximo ano possa analisar-se, e que seja uma das recomendações para o Comitê de Representantes do próximo ano, que o fundo, em vez de ser um fundo para a participação de funcionários, seja para a participação da sociedade civil, dos empresários, de pessoas que não sejam funcionários governamentais. Simplesmente, para deixar constância para que seja analisado pelo Comitê de Representantes.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Benjamín.

Senhores, creio que o tema foi suficientemente debatido, já chegamos a um consenso. Consulto ao presidente da Comissão se há alguma outra questão a ser levada em consideração.

Não. Portanto, podemos aprová-lo e passar ao seguinte ponto. A Resolução fica registrada sob número 417.¹

4. Relatório do coordenador do Grupo de Trabalho de Facilitação do Comércio.

Convocatória às seguintes reuniões:

- VII Reunião Presencial do Grupo de Trabalho Ad Hoc sobre Certificação de Origem Digital da ALADI (ALADI/CR/PA 177).
- III Reunião de Coordenadores Nacionais em Matéria de Certificação de Origem Digital (ALADI/CR/PA 178).
- Reunião de Especialistas em Assinatura Digital (ALADI/CR/PA 179).

... Passando ao próximo ponto da Ordem do Dia, consideraremos o relatório do coordenador do Grupo de Trabalho de Facilitação do Comércio. O Representante do México tem a palavra.

Representação do MÉXICO (Alejandro de la Peña Navarrete). Obrigado, Presidente. Espero não chateá-los com a minha voz depois de tantas intervenções para atingir o consenso, felizmente, já atingido.

Falo na minha qualidade de coordenador do Grupo de Trabalho sobre Facilitação do Comércio para informar, no que diz respeito a avanços em certificação de origem digital, que da reunião anterior a esta reunião, neste grupo a Secretaria informou sobre o acompanhamento dos compromissos assumidos nas reuniões bilaterais realizadas no âmbito da Reunião de Coordenadores Nacionais em matéria de Certificação de Origem Digital e outros avanços em matéria de implementação do COD.

A Secretaria também listou as gestões realizadas até o momento, incluindo as comunicações enviadas às Representações, solicitando enviar informações sobre as gestões e sobre os avanços realizados bilateralmente.

O grupo acordou solicitar à Secretaria-Geral o primeiro relatório com as informações recebidas até 15 de dezembro de 2014. Isso com relação ao que eu acabo de falar sobre os avanços realizados bilateralmente, porque até o momento só duas Representações fizeram esse relatório dos treze membros que somos.

Também, a Secretaria-Geral acordou solicitar os bons ofícios das Representações Permanentes a fim de enviar modelos de certificados de origem digital para efetuar as comprovações técnicas que permitirem validar e melhorar as funcionalidades do visualizador desenvolvido pela Secretaria.

Com relação aos projetos de convocatória para reuniões presenciais sobre a certificação de origem digital da ALADI e o marco jurídico para a implementação e reconhecimento de assinaturas digitais, o Grupo abocou-se a revisar as propostas apresentadas pela Secretaria-Geral para realizar a Sétima Reunião presencial do Grupo de Trabalho Ad Hoc sobre Certificação de Origem Digital da ALADI, a da Terceira Reunião de Coordenadores Nacionais em Matéria de Certificação de Origem Digital e a relativa à Reunião de Especialistas em Assinatura Digital.

¹ A Resolução foi publicada no documento ALADI/CR/Resolução 417.

O Grupo solicitou realizar alguns ajustes às agendas tentativas que tinham sido distribuídas, prevendo também a possibilidade de que pela sua vinculação temática as três reuniões sejam feitas sequencialmente. Para tais efeitos, foi proposto que essas três reuniões fossem realizadas entre 14 e 17 de abril de 2015, a fim de reduzir as despesas, utilizando uma única passagem de avião.

Finalmente, quero mencionar que, no tocante à Reunião de Especialistas em Assinatura Digital, a Secretaria-Geral publicou o Documento Informal 1096/Revisado 1, de 18 de novembro de 2014, contendo os seus termos de referência.

Também quero assinalar, senhor Presidente, que informalmente tomei conhecimento de que uma Delegação, que solicitou o uso da palavra, fará uma intervenção sobre as datas antes mencionadas para estas três reuniões de ordem sequencial, mas que, como dizia Montesquieu, onde está o representado não faz falta o representante. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Alejandro, pelo relatório. O Brasil tem a palavra.

Representação do BRASIL (Maria da Graça Nunes Carrion). Muito obrigada, senhor Presidente. Em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao México pela coordenação, pelo trabalho realizado. Avançamos bastante e estamos muito satisfeitos.

No que concerne aos projetos, nós estávamos absolutamente prontos para aprová-los, inclusive as datas, mas justamente hoje recebemos um pedido que veio do nosso Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior para adiar um pouco as datas das reuniões, em razão de que estão fazendo uma prova com o certificado de origem digital. Estão fazendo três provas e a terceira será agora, termina em 19 de dezembro, e terão a conclusão destas provas em fins de fevereiro, princípios de março. Então, eles solicitam que estas convocatórias sejam feitas a partir de março, quando nós nos reunirmos novamente, para termos estas três reuniões consecutivas, exatamente como é proposto, mas com novas datas, quando no Ministério estiverem mais aptos para colaborar com estas reuniões. Obrigada, Presidente.

PRESIDENTE. Consulto ao Brasil se tem alguma data concreta para propor.

Representação do BRASIL (Maria da Graça Nunes Carrion). Não tenho uma data para propor. Eles solicitam que as convocatórias sejam trasladadas para o início das atividades da ALADI em 2015. Não sei quando é que a ALADI retoma as reuniões, mas isso seria para discutir as novas datas, não as tenho agora.

PRESIDENTE. Obrigado, Embaixadora. Alejandro, o que poderia sugerir, a data aberta?

Representação do MÉXICO (Alejandro de la Peña Navarrete). Presidente, o que eu posso propor é: um, incluir o item sobre as datas na primeira reunião que tivermos no ano que vem, supondo que eu fosse reeleito como coordenador deste Grupo, ou, se não, como Delegação, a sugestão seria tratar deste item das datas na primeira reunião que tivermos, para fazê-lo com certa antecipação.

Dois, e como eu sou uma pessoa de caráter mais prático do que jurídico – quando me convém – eu diria que, inclusive, poderiam ser aprovadas ou não as ordens do dia e a data ficar aberta, ou esperamos, posto que certamente já não será em meados de

abril, ou seja que também haverá outras reuniões do Comitê de Representantes mais adiante, em que poderíamos aprová-las. Isso pode ser indiferente.

Tudo isto sujeito ao que qualquer outro membro disser. Eu falei em qualidade de coordenador. Obrigado.

PRESIDENTE. O Brasil tem a palavra.

Representação do BRASIL (Maria da Graça Nunes Carrion). Muito obrigada. Sinceramente, eu preferiria não aprovar estes textos agora porque, justamente, como não temos o resultado das provas, não sei se nestas agendas seriam incluídos os resultados que terão no Brasil. Eles ainda estão trabalhando e eu não posso aparecer com uma agenda fechada; é só por isso que eu preferiria que os deixássemos para aprovar na primeira reunião quando retomarmos os nossos trabalhos, assim eu tenho tempo de consultar, porque hoje eu não tive tempo. Recebemos isto hoje, e tenho tempo para perguntar se, apesar das provas, poderíamos aprovar estas agendas ou haveria coisas para acrescentar ou outros assuntos. Obrigada.

PRESIDENTE. México.

Representação do MÉXICO (Alejandro de la Peña Navarrete). Novamente, em qualidade de coordenador, eu diria que não há nenhuma urgência em aprovar os textos no dia de hoje, já que as referidas reuniões não serão realizadas antes de meados de abril. Então, creio que, salvo uma melhor opinião de alguma Delegação membro, no Grupo de Facilitação não há urgência. Analisemos o assunto na primeira reunião do Grupo de Facilitação, vejamos as datas, se o conteúdo continua sendo válido ou se tivermos que adaptá-lo. De qualquer forma, podemos adaptá-lo no mesmo dia, não há problema.

PRESIDENTE. Perfeito. O que podemos fazer nesta sessão é aprovar o relatório do coordenador e agradecer-lhe o trabalho realizado. Ficam pendentes estes três acordos para a primeira reunião, que já será presidida de forma oficial, não alternativa, pelo senhor embaixador do Uruguai, a quem caberá presidir no futuro.

Embaixadora, provavelmente, em fevereiro teremos a nossa primeira reunião. O senhor tenha certeza de que o embaixador do Uruguai não terá vontade de nos fazer trabalhar em janeiro.

6. Assuntos diversos.

... Já terminamos com a ordem do dia. Está aberta a palavra para a apresentação de qualquer outro tema. A Venezuela está solicitando a palavra.

Representação da VENEZUELA (Juan Carlos Gómez Urdaneta). Obrigado, Presidente. Não é "Assuntos diversos", mas, primeiro, queria me somar aos parabéns ao presidente da Comissão de Orçamento e Assuntos Institucionais. Somente queria dizer que hoje é o Dia Internacional dos Direitos Humanos. Hoje faz 66 anos que foi assinada a Declaração Universal e queria me somar à celebração desta data. Creio que todos sabemos que uma data como esta nos lembra que a promoção e a proteção dos direitos humanos são fundamentais para a integração de todos nós dentro da ALADI. Obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, senhor Representante da Venezuela, por lembrarmos esta data tão importante, tão importante principalmente para o nosso continente, região que tinha enorme déficit nesse tema, mas hoje podemos dizer com orgulho que

superamos amplamente os problemas que tínhamos, que existe um compromisso em todo o continente de continuar por esse caminho.

O senhor Embaixador da Argentina tem a palavra.

Representação da ARGENTINA (Juan Manuel Abal Medina). Também não é "Assuntos Diversos", mas queria somar-me às palavras da Representação da Venezuela e lembrar que o comentário é oportuno, já que esta instituição, a nossa Associação, há poucos meses constitui sua figura de Cidadania Ilustre, outorgando a distinção a Estela de Carlotto. Com muita razão, temos de lembrar isso neste aniversário e ficar muito felizes de como temos avançado nesta tarefa em toda a América Latina. Obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Juan Manuel. Senhores, creio que agora sim podemos encerrar a reunião. Voltaremos a nos ver daqui a alguns dias.

Muito obrigado a todos e até logo.
